

# Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf mantém cobranças de Imposto de Renda por uso de FIP em operações societárias .....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
SEGURIDADE SOCIAL

Tempo de organizar as finanças .....5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA  
SEGURIDADE SOCIAL

Quem se aposenta pelo INSS pode continuar trabalhando? Quais são as condições? -  
CONSULTÓRIO JURÍDICO .....7

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo não é a maravilha que Lula imagina (Artigo) .....8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Eleição de Trump complica cenário do Brasil, alerta FGV Ibre ..... 10

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

13º salário, abono e Fundo de Garantia podem elevar renda no fim do ano .....12

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA  
SEGURIDADE SOCIAL

Sistema previdenciário de militares deve mudar .....14

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Tempo de organizar as finanças com o pagamento do 13º salário ..... 15

G1 - NACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad tem reunião com Lula nesta quinta sobre corte de gastos; veja as medidas no radar  
..... 18

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo calcula arrecadar R\$ 14 bi em cinco anos com leilão da folha do INSS .....20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Fazenda e Defesa definem corte .....21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO  
SERVIDOR PÚBLICO

Musk propõe corte expressivo de servidores .....23

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Liberdade para a gestão pública (Editorial) .....24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juros e pressão sobre a dívida - ALVARO GRIBEL.....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Em audiência no STF, CNC revela perdas fiscais e aumento do endividamento com apostas on-line - COMÉRCIO EM PAUTA.....	26
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Brasil fica mais perto da Rota da Seda - ENTRELINHAS.....	28
O ESTADO DE S. PAULO - CAPA ECONOMIA	
Com alta de gastos, Brasil entra na lista dos países com mais "impulso fiscal".....	30
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Combate ao crime caro e ineficaz (Editorial).....	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado vê redução de gastos como condição para estabilizar dívida.....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar avança e ações de tecnologia recuam antes de balanço da Nvidia.....	34
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL ECONOMIA	
Governo federal projeta "mínimo" de R\$1516 para 2025.....	35
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Prefeitos comemoram segundo repasse gordo do FPM.....	36

# Carf mantém cobranças de Imposto de Renda por uso de FIP em operações societárias

*Laura Ignacio De São Paulo*

Os contribuintes estão sendo derrotados, no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, na discussão sobre o uso de Fundo de Investimento em Participações (FIP) em operações societárias. Uma nova decisão jogou um balde de água fria no mercado. Por unanimidade, a 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção entendeu, em um caso envolvendo um ex-diretor-presidente de um dos braços da Qualicorp no setor de planos de saúde, que fundos foram usados só para reduzir e adiar o pagamento de Imposto de Renda.

A discussão é relevante porque, há anos, o uso de FIP é comum nessas transações. Contudo, já há mais de uma dezena de acórdãos do **Carf** favoráveis à Fazenda Nacional. Ao analisar a união da Tinto Holding com a JBS, no ano de 2009, por exemplo, a 1ª Turma da Câmara Superior do **Carf** manteve uma autuação de cerca de R\$ 4 bilhões por uso indevido de FIP na operação (processo nº 16561.720170/2014-01). O caso foi parar no Judiciário. Por isso, uma decisão favorável ao contribuinte no **Carf** é bastante esperada.

Nesse caso mais recente, a **Receita Federal** exige o pagamento de IRPF, acrescido de multa de ofício qualificada de 150% e juros de mora. Isso porque, segundo a fiscalização, teria havido omissão de R\$14 milhões de ganho de capital auferido na venda de 25% de ações das empresas Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S/A e GA Corretora de Seguros Consultoria Administração e Serviços S/A pelo ex-diretor ao grupo Qualicorp.

O "pagamento" por essa venda, segundo fontes, teria sido feito por meio de cotas de dois fundos - Al-garve Fundo de Investimento em Participações e Fundo de Investimentos Multimercado Victoria 007. Ambos teriam sido criados, conforme a Receita, como objetivo de ocultar a venda de ações pelo executivo.

Na transação entre empresas, o IRPJ e a CSLL somam 34%. Por meio do FIP, segundo a regra na época, aplicava-se alíquota entre 15% e 22,5% somente no momento do resgate do dinheiro do fundo. Por isso, para o Fisco, ocorreu um planejamento

tributário ilícito por meio de "simulação" na venda de parte das ações da Aliança Administradora e da GA Corretora para o grupo Qualicorp.

O executivo contestou o auto de infração fiscal recebido. Porém, por unanimidade de votos, a Delegacia Regional de Julgamento da **Receita Federal** rejeitou a contestação e o processo foi a julgamento no **Carf**.

No Conselho, a relatora, conselheira Angélica Carolina Oliveira Duarte Toledo, concluiu que "denota-se a intenção dolosa de impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal". Para ela, a estrutura adotada desnatura as causas e efeitos típicos dos fundos de investimentos.

"Illicitamente, buscou-se reduzir a carga tributária, impedindo que o fato gerador do ganho de capital na alienação de participação societária pela pessoa física do recorrente, ou, no mais, retardando a ocorrência para quando ocorresse a amortização pelos fundos", diz em seu voto (acórdão nº 2302-003.842).

O contribuinte foi beneficiado, no **Carf**, em relação ao percentual da multa qualificada. O montante de 150% foi reduzido para 100% por aplicação retroativa da Lei nº 9.430, de 1996 (artigo 44, parágrafo 1º, inciso VI).

Por meio de nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que houve distorção do uso dos FIPs. "Utilizou-se o fundo como entidade interposta para promover a venda desse ativo, evitando a tributação devida", diz a nota. "A artificialidade da interposição dos fundos e o descumprimento das finalidades previstas na legislação que regula essas entidades [instruções CVM] conduziram às decisões que determinaram a tributação dos ganhos nas pessoas físicas." Para Pedro Moreira, sócio do CM Advogados, a decisão do **Carf** indica que os gestores de FIP devem ter cautela. Segundo ele, a estruturação desse tipo de fundo foi muito usada por empresários por ser regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). "Além de trazer benefício tributário de Imposto de Renda, o FIP pode ser útil para a gestão dos ativos já que exige auditoria e governança."

Contudo, diz Moreira, o Fisco tem olhado essas estruturas com ressalva. "O artigo 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, permite ao Fisco desconsiderar um negócio jurídico se entender que o objetivo é dissimular", afirma. "Porém, sua aplicação é um tanto quanto subjetiva e dá margem para eventuais abusos da Receita", acrescenta.

Sérgio Presta, sócio do escritório Azevedo Rios e Presta Advogados, destaca que se a estruturação da operação tiver um fato negocial por trás, que justifique a criação do FIP, não haverá problema. "O FIP é criado para se investir capital na empresa, por exemplo, para a aquisição de maquinário, de forma mais rápida e

com juros mais baixos do que oem-préstimo de um banco", diz.

Essa decisão recente do **Carf**, de acordo com Presta, mostra que a Receita vai, provavelmente, desconstituir a estruturação de FIP caso veja fraude na operação, "se entender que o fundo foi constituído sem um propósito negocial".

Por meio de nota, a Qualicorp informa que "a questão diz respeito à situação fiscal/tributária do executivo na pessoa física e não tem nenhuma relação com a empresa".

O advogado Daniel Vitor Bel-lan, sócio do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri, que representa o executivo no processo, afirma que já foram apresentados embargos de declaração "em função de algumas omissões e erros de fato constantes do acórdão".

A principal das omissões, afirma, foi a ausência de análise da extensa documentação comprobatória acerca do propósito negocial. O advogado destaca também que o imposto cobrado no auto de infração já foi integralmente recolhido. "Parte no momento da integralização da participação societária em fundos, o que já foi reconhecido e cancelado pelo acórdão, e parte no momento das amortizações realizadas posteriormente, o que reforça a inexistência de propósito exclusivamente tributário para a criação dos fundos." Essa discussão interessa o mercado, principalmente em relação a operações societárias realizadas com uso de FIP até a entrada em vigor da Lei nº 14.754/23. A nova legislação mudou a tributação de fundos fechados. Alguns FIPs passaram a ser tributados periodicamente, pela sistemática chamada de come-cotas.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188047>

# Tempo de organizar as finanças

**ARTHUR DE SOUZA, LUIZ FELLIPE ALVES\* E LETÍCIA GUEDES**

Com a chegada do fim de ano, aproximam-se, também, as datas de recebimento das parcelas do 13º salário, remuneração natalina paga a todo trabalhador formal com carteira assinada.

A primeira parcela, equivalente a 50% do salário, deve ser paga até 30 de novembro, sem descontos.

A segunda, com os 50% restantes, é quitada até 20 de dezembro, com descontos do **INSS** e do Imposto de Renda.

Na hora de decidir o que fazer com o dinheiro, porém, é importante estar atento. É comum que a expectativa para gastá-lo gere dúvidas. O Correio conversou com especialistas que ensinam como administrar o valor extra.

Coordenador do curso de economia do Iesb, Riezo Almeida ensina que o recebimento do 13º salário é uma oportunidade para organizar as finanças pessoais.

A prioridade para utilização varia de acordo com a situação de cada um. "Todo ano, recomenda-se pagar dívidas e investir R\$ 200 no tesouro direto, por exemplo, começando 2025 com a mentalidade de investidor inicial. Se não houver dívidas, o recomendável é fazer uma reserva de emergência para imprevistos", aconselha.

Riezo lembra, também, que muitas despesas fixas surgem em janeiro, como Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU), matrículas escolares e material escolar.

Segundo ele, destinar o dinheiro a essas contas pode ser uma boa escolha. "Com planejamento, também é possível utilizar uma parte do salário para lazer, presentes ou outras despesas que tragam satisfação pessoal e familiar."

## Limites

Max Bianchi, professor do curso de administração do Ceub, indica que seja feito um diagnóstico financeiro antes de usar o dinheiro. "Listar dívidas, despesas fixas e metas financeiras.

Esse planejamento ajuda a evitar gastos desnecessários e a distribuir o recurso de maneira eficiente entre quitação de dívidas, investimentos e indulgências pessoais, respeitando os limites do orçamento", orienta.

Para quem vê nessa ocasião uma oportunidade de comprar tudo que tem vontade, Max alerta: "Cuidado com compras por impulso, que são comuns durante as festas de fim de ano. Planeje com antecedência como o dinheiro será usado, priorizando quitar dívidas e alcançar metas financeiras antes de gastar com indulgências", recomenda.

Se os gastos festivos forem inevitáveis, o professor dá uma dica. "Estabeleça limites realistas para presentes e celebrações, adequando-os à sua capacidade financeira.

Use aplicativos ou planilhas para monitorar entradas e saídas de dinheiro, melhorando o controle financeiro e reduzindo despesas desnecessárias", detalha.

\*\*

## Evite o desperdício

» Quitar dívidas - priorizar a quitação ou redução de dívidas com juros altos, como o saldo devedor do cartão de crédito e o cheque especial. Isso ajuda a evitar o efeito "bola de neve" e traz alívio financeiro imediato;

» Reservar para despesas de início de ano - destinar parte do 13º salário para despesas como IPTU, IPVA e matrículas escolares, aliviando o orçamento mensal no começo do ano. Para isso, escolha investimentos de curto prazo e baixo risco, que permitam resgate rápido;

» Criar ou reforçar uma reserva de emergência - é uma decisão estratégica. Aplicar o valor em opções financeiras seguras e acessíveis proporciona segurança em situações imprevistas, como problemas de saúde ou desemprego;

» Investir no futuro - para quem tem as contas equilibradas, investir em metas de longo prazo, como previdência privada ou ativos de maior risco, pode ser interessante. No entanto, é essencial manter uma reserva segura para emergências, evitando a necessidade de resgatar esses investimentos em momentos de urgência.

Fonte: Max Bianchi, professor do curso de administração do Ceub

\*\*

O vigilante Heldon Paiva, 39 anos, morador do Novo Gama, já recebeu o 13º salário deste ano e direcionou o dinheiro para quitar dívidas pendentes.

"Não costumo usar para pagar contas, esse ano foi exceção. Geralmente, separo o dinheiro e uso para comprar coisas para minha esposa e minha filha."

Para Fernanda Machado, 46, gerente de restaurante, moradora de Planaltina, com educação financeira, é possível se organizar.

"Uso metade do 13º para pagar as contas e a outra para adiantar aquelas que vão acumular para o início do ano, mas ainda sobra para comprar alguma coisa ou fazer uma comemoração."

A camareira Raimunda Alves, 35, residente no Novo Gama, costuma aproveitar o dinheiro extra para pagar as contas e evitar que os débitos se acumulem para o próximo ano.

"Mas sempre sobra uma quantia para comprar alguma roupinha ou fazer uma comemoração de fim de ano."

Ajustar os compromissos ao valor extra é a solução para a cobradora de ônibus Daniela da Silva, 37, de Taguatinga Norte.

"Eu consegui renegociar a dívida do meu cartão de crédito do ano passado e vou usar o 13º pra adiantar algumas parcelas. Não sobra tanto para o fim de ano, mas a gente dá um jeito, aperta aqui, aperta ali, e consegue fazer sobrar um pouquinho."

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6665/21-11-2024.html?all=1>**

# Quem se aposenta pelo INSS pode continuar trabalhando? Quais são as condições? - CONSULTÓRIO JURÍDICO

*Thaís Riedel*

Thaís Riedel, Advogada, professora, doutora em direito constitucional pelo IDP e mestre em Direito Previdenciário pela PUC-SP

Em regra, quem se aposenta pelo **INSS** pode continuar trabalhando. No entanto, as contribuições realizadas após a aposentadoria servem apenas para a concessão de dois benefícios: salário-maternidade e reabilitação funcional.

É importante destacar que, no caso de aposentadoria especial, se o segurado continuar exposto a agentes nocivos após a concessão do benefício, este será suspenso enquanto perdurar essa condição.

Por fim, os aposentados por incapacidade permanente que exercerem atividade laboral com potencial para prover sua subsistência serão submetidos à perícia médica para avaliação de sua aptidão para o retorno ao trabalho.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6665/21-11-2024.html?all=1>

# Salário mínimo não é a maravilha que Lula imagina (Artigo)

**Roberto Macedo**

Roberto Macedo ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Escrevi este texto na última terça-feira e ainda não havia sido divulgado o pacote fiscal que o governo federal pretende anunciar. Mas já havia uma novidade, pois vieram várias notícias, inclusive num editorial deste jornal na segunda-feira passada, de que o governo desta vez pretende estabelecer alguma restrição sobre a regra de reajuste anual do salário mínimo, que é a de um aumento pela inflação passada mais a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Essa segunda parte da regra foi instituída por Lula da Silva, mas tem um custo muito alto. Nesse editorial é apontado que "cada R\$ 1 a mais no salário mínimo gera um aumento de despesas de R\$ 422 milhões no Orçamento". Lembro-me de ter lido em algum lugar que essa segunda parte teria anulado boa parte da poupança obtida com a reforma previdenciária de 2019.

Mas Lula e seu partido são adeptos da linha do "gasto é vida" e sabe-se que um alívio do impacto da regra atual de reajuste do mínimo era um dos pontos mais difíceis de se conseguir o apoio do presidente.

Vamos ver o que virá, se é que virá alguma coisa a respeito.

Ele e outros petistas só parecem ver o primeiro impacto do salário mínimo nos salários, mas não seus desdobramentos.

Um deles é que muitos empregadores entendem que não podem pagar esse mínimo - que vem crescendo de custosos encargos sociais -, e optam pelo mercado de trabalho informal. Em artigo neste espaço em 19/9/2024, mostrei que um texto escrito por Rafael Machado Parente, que trabalha para o Fundo Monetário Internacional (FMI), veio em julho e me atraiu interesse em face de seu título, Minimum wages, inequality, and the informal sector, e também pelo fato de que versa sobre o Brasil, onde os três aspectos de seu título estão presentes.

O estudo é longo, de 84 páginas, e vem com esta advertência (tradução minha): "As opiniões expressas

nos working papers do FMI são as do(s) autor( es) e não representam necessariamente as opiniões do FMI, de seu Board Executivo, ou de sua gerência". O texto pode ser acessado no site do FMI. A versão em PDF pode ser baixada gratuitamente.

Quanto às várias conclusões do estudo, destaco esta que diz respeito ao aumento da informalidade e da concentração de rendimentos (tradução minha): "Encontro que, no contexto brasileiro, o aumento do salário mínimo nos anos 2000 na verdade aumentou a desigualdade como um todo, destacando as consequências não desejadas do salário mínimo. Isto é, políticas que buscam reduzir desigualdade podem terminar aumentando-a devido às fortes margens de ajustamento informais".

Depois disso soube de um amplo e interessante estudo intitulado Mapeamento do trabalho informal no Brasil, produzido pelo Fundo Brasil (fundobrasil.org.br), de 69 páginas. Na internet, pode ser encontrado no Google digitando-se o seu título.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do primeiro trimestre de 2022, a proporção dos informais sobre o total de pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade é grande: 40,1%, segundo a metodologia IBGE, e 50,4% segundo a chamada metodologia ampla, também adotada. Ou seja, é importante analisar o mercado informal de trabalho, o que as conclusões de Lula vêm ignorando.

Outro aspecto são os dados dos Estados e sua porcentagem de pessoas no mercado de trabalho informal. Primeiro grupo (acima de 60%(!)): Pará (70,0%), Maranhão (69,5%), Piauí (68,0%), Amazonas (66,4%), Paraíba (64,7%), Bahia (64,6%), Ceará (63,0%), Sergipe (61,4%), Pernambuco (61,0%) e Tocantins (60,4%).

Terceiro grupo (abaixo de 50%): Distrito Federal (38,9%), Santa Catarina (39,4%), São Paulo (40,9%), Paraná (43,1%), Mato Grosso do Sul (45,6%), Rio Grande do Sul (45,8%), Rio de Janeiro (46,9%), Mato Grosso (47,7%) e Minas Gerais (49,8%).

No segundo grupo estão os demais Estados cuja participação ficou entre mais de 50% e até 60%. Portanto, em geral as taxas do mercado de trabalho

informal são elevadas e fica claro o contraste entre o primeiro grupo, onde predominam os Estados mais pobres, e o terceiro grupo, onde estão os mais ricos, mas mesmo aí as taxas de informalidade são muito altas.

Entendo que o salário mínimo nacional deveria ser eliminado.

Todos os Estados deveriam ter seu mínimo obrigatoriamente e as regiões mais pobres deveriam adotar um salário mínimo menor para evitar maior informalidade. Isso sempre pensando também nos encargos trabalhistas, que são altos.

Portanto, Lula ignora o mercado informal na sua visão do efeito do salário mínimo, a qual também se estende à sua visão no caso da **Previdência Social**. Ele deveria circular pelas ruas e estradas dos Estados onde o mercado informal é maior e indagar dos empregadores por que não pagam o salário mínimo nacional. O segundo estudo citado também revela que no primeiro trimestre de 2022 a média de rendimento nominal mensal era de R\$ 2.885,14 no mercado formal e de R\$ 1.847,68 no informal.

Presidente ignora o efeito do salário mínimo na ampliação do mercado de trabalho informal

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Eleição de Trump complica cenário do Brasil, alerta FGV Ibre

**Marsílea Gombata De São Paulo**

Apesar de ter revisado para cima previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) para o terceiro trimestre e para 2024, o Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), alerta que a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos complica ainda mais o cenário doméstico já incerto do Brasil. Isso porque a expectativa de um ciclo de queda de juros menor nos EUA dificulta a vida de economias que precisam ser financiadas. O cenário de **inflação** persistente e a expectativa de juros elevados aqui devem limitar o ritmo de expansão nos próximos anos, principalmente das atividades cíclicas, alerta.

Na edição de novembro, o Boletim lembra que a vitória de Trump, com o Partido Republicano conquistando maioria na Câmara dos Deputados e no Senado, indica que as propostas feitas durante a campanha devem ser aprovadas.

"Entre os principais temas com forte impacto econômico, temos o aumento de barreiras e tarifas às importações, com destaque para aquelas vindas da China, redução de **impostos** e da regulação, e combate à imigração. São

medidas que vão pressionar os preços, gerando um aumento na **inflação**, que vai dificultar a queda da taxa de juros, dessa forma fortalecendo o dólar", diz o texto.

O reajuste das tarifas, diz Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, não resultará em um processo inflacionário contínuo, mas em uma mudança de preços relativos que deve contaminar os preços e persistir por alguns meses.

"De qualquer forma, no curto prazo, a tarifa em si mudará os preços relativos e irá gerar **inflação**. Somase a isso o mercado de trabalho sem ociosidade, com risco de os salários subirem, indicando ainda mais **inflação**", diz, ao ressaltar a dificuldade "sincronizada" entre EUA e Brasil de desacelerar a economia, em parte por políticas fiscais expansionistas.

O Boletim lembra que o Brasil tem sido afetado pelo que ocorre nos EUA, e que questões domésticas vêm amplificando obstáculos.

"Como esperado, o processo de convergência para a meta de **inflação** está muito mais desafiador. Os dados divulgados mostram que a **inflação** de serviços, com destaque para os serviços subjacentes, tem acelerado", afirma o texto.

"Em segundo lugar, dados referentes ao mercado de trabalho e à atividade econômica continuam surpreendendo para cima. A taxa de desemprego atingiu 6,5% em termos dessazonalizados em setembro, o menor nível da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, iniciada em 2012, e potencialmente a menor taxa de desemprego desde o início dos anos 2000. As previsões para outubro apontam novo recorde histórico."

Também por conta disso, Matos prevê, ainda em 2025 e 2026 o processo inflacionário deve ser mais persistente e resistente.

"Isso já está sendo precificado. Quando o cenário internacional fica mais apertado nesse aspecto [inflacionário], torna-se mais difícil para o nosso caso e para qualquer país em um processo de desinflação", diz.

Nesse contexto, ela acrescenta que com o "crescimento exacerbado real das despesas [aqui], criou-se uma bomba relógio", o que faz o governo estar em um momento em que "precisa realmente tomar algumas decisões [que são] difíceis politicamente", no sentido de endereçar uma redução de gastos.

Na primeira sessão, o Boletim afirma que dados de atividade têm vindo acima do esperado, o que levou o FGV Ibre a revisar a previsão de crescimento do **PIB** do terceiro trimestre de 0,1% para 0,7%, ante o segundo trimestre, e do 2024 de 2,9% para 3,3%.

O texto destaca a expressiva aceleração de atividades relacionadas ao ciclo econômico, que, teoricamente, são mais sensíveis à política monetária. "[No] ano passado essas atividades contribuíram com 1,2 ponto percentual do crescimento de 2,9% do **PIB** e, para este ano, é esperado contribuição de 2,8 ponto percentual dos 3,3%. Um ano totalmente diferente de 2023, quando o destaque foram atividades como a

agropecuária e a indústria extrativa", diz o Boletim.

A atualização das projeções está em linha com as perspectivas do governo. Na segunda-feira, o Ministério da Fazenda elevou de 3,2% para 3,3% sua estimativa para o crescimento do **PIB** para 2024, assim como a projeção para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano, de 4,25% para 4,4%. Em termos inflacionários, o FGV Ibre também alerta que o cenário segue desafiador, "com a **inflação** persistente e a expectativa de juros elevados", o que pode limitar o ritmo de expansão da economia nos próximos anos.

A atualização das projeções no Boletim também ocorreu em setores pela ótica da oferta do **PIB**, como agropecuária, de -1% para -1,1% no terceiro trimestre, ante o segundo, diante da expectativa de pior resultado no abate bovino.

A indústria, por sua vez, sofreu ajuste positivo, passando de 0,3% para 0,9%. Por conta do resultado negativo na produção de petróleo, a previsão de crescimento da indústria extrativa passou de 3,7% para 1,7% no terceiro trimestre, enquanto a de transformação passou de 0,2% para 1,7%, devido aos resultados recentes mais fortes trazidos pela Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF).

Para o setor de serviços, por sua vez, é esperado crescimento de 0,9% no terceiro trimestre, ante 0,4% previsto anteriormente.

A categoria eletricidade e outros será impactada pela alta do consumo intermediário decorrente da utilização das termoeletricas, enquanto a de água e esgoto, pelo efeito da privatização da Sabesp, que aumentou seu valor adicionado com políticas de cortes de custo. A projeção para o terceiro trimestre desta categoria passou de -0,7% para estabilidade.

A projeção de crescimento para o setor de construção civil, após crescimento maior que o esperado, passou de -3,4% para -0,4%.

Pela ótica da demanda, o Boletim Macro alterou as projeções de consumo das famílias, de 0,2% para 0,9, e de consumo do governo, de 0,5% para 0,6%.

O investimento também foi ajustado de estabilidade para alta de 2%, para incorporar o crescimento projetado para a absorção de máquinas e equipamentos, que cresceu 19,2% no terceiro trimestre em relação ao ano passado.

Na introdução, Matos e o economista Armando Castelar Pinheiro alertam que, com a atividade crescendo acima do potencial, a **inflação** não

converge para a meta.

"Um dos motivos para essa forte aceleração é a política fiscal. De janeiro a setembro deste ano, as despesas do Governo Central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) somaram R\$ 1,65 trilhão, elevação real de 6,5% sobre o R\$ 1,49 trilhão registrado em igual período do ano passado", lembram, ao destacar que no período o Tesouro e o Banco Central foram superavitários em R\$ 160,63 bilhões e o Regime Geral da **Previdência Social** registrou déficit de R\$ 265,82 bilhões.

"Neste ano também houve forte aceleração dos gastos dos governos regionais, explicado, em grande medida, pelo calendário eleitoral."

Frente a esse quadro, preveem, o aperto monetário deve continuar.

"De fato, a ata do Copom indicou que a autoridade monetária pode prolongar o ciclo de aperto se as expectativas de **inflação** continuarem a se deteriorar. Por enquanto, o ritmo de 50 pontos-base deve ser mantido, mas há chances de ser necessário acelerar o aperto monetário", afirmam, ao lembrar que o ritmo dependerá de como a questão fiscal será abordada.

O ritmo de crescimento dos gastos, alertam os economistas, precisa ser reduzido para permitir uma desaceleração da **inflação**, redução do risco da economia e, mais à frente, a queda de juros.

Mas isso, acrescentam, não resolve a questão fiscal, que piora com o aumento do custo de financiamento do governo, acelerando a alta da dívida pública.

"Esse quadro doméstico, que já se apresenta desafiador há algum tempo, tornou-se ainda mais complicado com a eleição de Trump e a perspectiva de que presidente eleito dos EUA venha a implementar suas promessas de campanha", dizem.

"Dólar mais forte, juros externos mais altos e, potencialmente, menor crescimento na China e na Europa são todos fatores que vão pressionar preços e juros também no Brasil. Ficar adiando o urgente e necessário ajuste nos gastos públicos não vai resolver nada disso, pelo contrário."

"Soma-se a isso o mercado de trabalho sem ociosidade, indicando **inflação**" Silvia Matos

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188047?page=1&section=2>

# 13º salário, abono e Fundo de Garantia podem elevar renda no fim do ano

**Anderson Aires** [anderson.aires@zerohora.com.br](mailto:anderson.aires@zerohora.com.br)

Com a chegada da reta final do ano, trabalhadores aguardam incrementos de renda para equilibrar as contas, realizar os festejos característicos da época ou organizar as férias. Nos próximos dias, começa a ser paga parte do 13º salário, um dos acréscimos mais esperados dessa época.

Levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que 6 milhões de pessoas devem receber o 13º salário no Rio Grande do Sul neste ano. Com isso, a economia gaúcha deverá ganhar, até o final de 2024, cerca de R\$ 20,5 bilhões.

Além desse tradicional benefício, alguns cidadãos têm direito a outros valores extras, como abono salarial e **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), dependendo da data de nascimento. No caso específico do Rio Grande do Sul, parte dos trabalhadores já teve acesso a alguns desses recursos em razão dos socorros de combate à inundação. \_

Para ficar atento

Os benefícios, os valores equando são feitos os pagamentos

## 1 13º SALÁRIO QUEM TEM DIREITO A RECEBER?

Todos os trabalhadores com carteira assinada. Na prática, o empregado recebe um salário extra de acordo com o tempo de atuação no ano. Aposentados e pensionistas do **INSS** também têm direito ao benefício, mas costumam receber o vencimento em datas diferentes, de forma antecipada.

## COMO É FEITO O CÁLCULO?

O valor é equivalente a um mês de salário extra, desde que o funcionário tenha trabalhado um ano inteiro na empresa. Se trabalhou menos de 12 meses, o valor é proporcional ao tempo trabalhado. Por exemplo, se o trabalhador atuou durante quatro meses, basta dividir o salário por 12 e multiplicar por quatro.

## COMO E QUANDO É FEITO O PAGAMENTO?

O pagamento costuma ser feito em duas parcelas por parte das empresas. A primeira deve ser quitada até o dia 30 de novembro e corresponde a, no mínimo, 50% do valor total a que o funcionário tem direito. A data limite para o pagamento da segunda parcela é 20 de dezembro.

Na primeira parcela, o trabalhador recebe o valor bruto, sem descontos. A segunda fatia tem os descontos tradicionalmente presentes na folha. Entram nesse rol **INSS** e IR. Caso o empregador opte por fazer o pagamento em uma única vez, deve efetivar isso até o dia 30 de novembro.

## ANTECIPAÇÃO

Em razão das medidas para mitigar os efeitos da inundação no RS, algumas empresas podem ter decidido adiantar o benefício aos funcionários. Nesse caso, os trabalhadores podem receber só uma das parcelas no final do ano, com descontos. No entanto, isso depende do formato adotado por cada companhia.

## 2 ABONO SALARIAL

### QUEM TEM DIREITO A RECEBER?

Trabalhadores cadastrados no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos e que tenham recebido remuneração mensal média de até dois salários mínimos durante o ano-base. O cidadão também precisa ter exercido atividade formal remunerada durante pelo menos 30 dias, consecutivos ou não, no ano-base.

### QUAL O VALOR PAGO?

O valor do abono salarial é proporcional ao tempo de serviço do trabalhador.

O cálculo do valor do benefício corresponde ao número de meses trabalhados no ano-base multiplicado por 1/12 do valor do salário mínimo. Portanto, o valor varia entre R\$ 118 e R\$ 1.412.

### COMO E QUANDO É FEITO O PAGAMENTO?

Ocorre conforme a data de nascimento do trabalhador.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241121&edicao=30562>

Neste ano, o cronograma começou em fevereiro e terminou em agosto. No entanto, os empregados que não realizaram o saque podem retirar os valores até o dia 27 de dezembro deste ano.

## ANTECIPAÇÃO

Em razão da situação de calamidade pública no Estado causada pela enchente, o calendário de pagamento do abono salarial dos trabalhadores das regiões atingidas foi antecipado para 15 de maio de 2024. A antecipação ocorreu para os colaboradores nascidos entre julho e dezembro.

### 3 SAQUE-ANIVERSÁRIO DO FGTS

#### QUEM TEM DIREITO A RECEBER?

Trabalhadores com saldo no **FGTS** e que tenham optado por essa modalidade.

#### QUAL O VALOR PAGO?

O valor do **saque-aniversário** é determinado pela aplicação de uma alíquota, que varia de 5% a 50% sobre a soma de todos os saldos das contas do **FGTS** do trabalhador, acrescida de uma parcela adicional. Por exemplo, um funcionário que tem R\$ 10 mil no **FGTS** pode receber 20% do fundo. Portanto, vai sacar R\$ 2.650 (R\$ 2 mil mais R\$ 650 da parcela adicional da faixa na qual se encontra).

#### COMO E QUANDO É FEITO O PAGAMENTO?

Nesse modelo, que é opcional, anualmente, no mês de aniversário, o trabalhador pode sacar parte do seu saldo de **FGTS**. Em caso de demissão, ele poderá sacar apenas o valor da multa rescisória e não poderá retirar o valor integral da conta. Se o beneficiário não tiver conta vinculada ao aplicativo do **FGTS**, ele tem de ficar atento para os prazos de saque. A retirada da verba tem de ser realizada até o último dia útil do segundo mês subsequente ao da aquisição do direito de saque.

Por exemplo, o optante nascido em outubro tem o dinheiro disponível desde 1º de outubro. Caso ele não tenha conta bancária cadastrada no aplicativo do **FGTS**, o dinheiro fica disponível até o último dia útil de dezembro.

Já o trabalhador que faz aniversário em novembro tem o dinheiro disponível desde o dia 1º de novembro. Caso ele não tenha conta bancária cadastrada no aplicativo do **FGTS**, o dinheiro fica disponível até o dia 31 de janeiro de 2025.

# Sistema previdenciário de militares deve mudar

Os ministério da Fazenda e da Defesa chegaram a um acordo sobre uma série de mudanças na Previdência dos militares, com o objetivo de promover ajustes fiscais e reduzir o déficit fiscal do governo federal. A proposta, que visava atender às necessidades de corte de gastos, foi discutida com a categoria, que inicialmente resistiu às modificações. As alterações propostas ainda precisam passar pelo Congresso Nacional.

A principal mudança proposta é a criação de uma idade mínima para que os militares possam se transferir para a reserva remunerada. A nova proposta estabelece a idade mínima de 55 anos para a transferência. Hoje, não há idade mínima nas Forças Armadas, apenas tempo de serviço, de 35 anos, para homens e mulheres. Trabalhadores do setor privado e **servidores públicos** hoje precisam atingir a idade mínima de aposentadoria, de 65 anos (homem) e 62 anos (mulher).

A reforma previdenciária de 2019, que impactou os **servidores públicos** civis, não teve um efeito sobre a Previdência dos militares. O Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSM-FA) registrou, no último ano, um déficit de R\$ 49,73 bilhões, sendo o regime mais oneroso do país.

Esse valor representa o maior rombo proporcional entre os três principais sistemas previdenciários do Brasil, superando, por exemplo, o déficit do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS, leia-se **INSS**), que alcançou R\$ 315,7 bilhões no mesmo ano. Para efeito de comparação, o valor per capita (por pessoa) do déficit no SPSMFA chega a R\$ 159 mil - quantia 17 vezes superior ao déficit per capita do RGPS (servidores), que foi de R\$ 9,4 mil. t

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Tempo de organizar as finanças com o pagamento do 13º salário

**Arthur de Souza**

+

Com a chegada do fim de ano, aproximam-se, também, as datas de recebimento das parcelas do 13º salário, remuneração natalina paga a todo trabalhador formal com carteira assinada.

A primeira parcela, equivalente a 50% do salário, deve ser paga até 30 de novembro, sem descontos. A segunda, com os 50% restantes, é quitada até 20 de dezembro, com descontos do **INSS** e do Imposto de Renda.

Na hora de decidir o que fazer com o dinheiro, porém, é importante estar atento. É comum que a expectativa para gastá-lo gere dúvidas. O Correio conversou com especialistas que ensinam como administrar o valor extra.

Coordenador do curso de economia do Iesb, Riezo Almeida ensina que o recebimento do 13º salário é uma oportunidade para organizar as finanças pessoais. A prioridade para utilização varia de acordo com a situação de cada um. Todo ano, recomenda-se pagar dívidas e investir R\$ 200 no tesouro direto, por exemplo, começando 2025 com a mentalidade de investidor inicial. Se não houver dívidas, o recomendável é fazer uma reserva de emergência para imprevistos, aconselha.

Riezo lembra, também, que muitas despesas fixas surgem em janeiro, como Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU), matrículas escolares e material escolar. Segundo ele, destinar o dinheiro a essas contas pode ser uma boa escolha. Com planejamento, também é possível utilizar uma parte do salário para lazer, presentes ou outras despesas que tragam satisfação pessoal e familiar.

Max Bianchi, professor do curso de administração do Ceub, indica que seja feito um diagnóstico financeiro antes de usar o dinheiro. Listar dívidas, despesas fixas e metas financeiras. Esse planejamento ajuda a evitar gastos desnecessários e a distribuir o recurso de maneira eficiente entre quitação de dívidas, investimentos e indulgências pessoais, respeitando os limites do orçamento, orienta.

Para quem vê nessa ocasião uma oportunidade de

comprar tudo que tem vontade, Max alerta: Cuidado com compras por impulso, que são comuns durante as festas de fim de ano. Planeje com antecedência como o dinheiro será usado, priorizando quitar dívidas e alcançar metas financeiras antes de gastar com indulgências, recomenda.

Se os gastos festivos forem inevitáveis, o professor dá uma dica. Estabeleça limites realistas para presentes e celebrações, adequando-os à sua capacidade financeira. Use aplicativos ou planilhas para monitorar entradas e saídas de dinheiro, melhorando o controle financeiro e reduzindo despesas desnecessárias, detalha.

O vigilante Heldon Paiva, 39 anos, morador do Novo Gama, já recebeu o 13º salário deste ano e direcionou o dinheiro para quitar dívidas pendentes. Não costumo usar para pagar contas, esse ano foi exceção. Geralmente, separo o dinheiro e uso para comprar coisas para minha esposa e minha filha.

A camareira Raimunda Alves, 35, residente no Novo Gama, costuma aproveitar o dinheiro extra para pagar as contas e evitar que os débitos se acumulem para o próximo ano. Mas sempre sobra uma quantia para comprar alguma roupinha ou fazer uma comemoração de final de ano.

Para Fernanda Machado, 46, gerente de restaurante, moradora de Planaltina, com educação financeira, é possível se organizar. Uso metade do 13º para pagar as contas e a outra para adiantar aquelas que vão acumular para o início do ano, mas ainda sobra para comprar alguma coisa ou fazer uma comemoração.

Eu consegui renegociar a dívida do meu cartão de crédito do ano passado e vou usar o 13º pra adiantar algumas parcelas. Não sobra tanto para o fim de ano, mas a gente dá um jeito, aperta aqui, aperta ali, e consegue fazer sobrar um pouquinho, diz a cobradora de ônibus Daniela da Silva, 37, de Taguatinga Norte.

» Quitar dívidas - priorizar a quitação ou redução de dívidas com juros altos, como o saldo devedor do cartão de crédito e o cheque especial. Isso ajuda a evitar o efeito bola de neve e traz alívio financeiro imediato;

» Reservar para despesas de início de ano - destinar

parte do 13º salário para despesas como IPTU, IPVA e matrículas escolares, aliviando o orçamento mensal no começo do ano. Para isso, escolha investimentos de curto prazo e baixo risco, que permitam resgate rápido;

» Criar ou reforçar uma reserva de emergência - é uma decisão estratégica. Aplicar o valor em opções financeiras seguras e acessíveis proporciona segurança em situações imprevistas, como problemas de saúde ou desemprego;

» Investir no futuro - para quem tem as contas equilibradas, investir em metas de longo prazo, como previdência privada ou ativos de maior risco, pode ser interessante. No entanto, é essencial manter uma reserva segura para emergências, evitando a necessidade de resgatar esses investimentos em momentos de urgência.

Fonte: Max Bianchi, professor do curso de administração do Ceub

\*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso

Com a chegada do fim de ano, aproximam-se, também, as datas de recebimento das parcelas do 13º salário, remuneração natalina paga a todo trabalhador formal com carteira assinada.

A primeira parcela, equivalente a 50% do salário, deve ser paga até 30 de novembro, sem descontos. A segunda, com os 50% restantes, é quitada até 20 de dezembro, com descontos do **INSS** e do Imposto de Renda.

Na hora de decidir o que fazer com o dinheiro, porém, é importante estar atento. É comum que a expectativa para gastá-lo gere dúvidas. O Correio conversou com especialistas que ensinam como administrar o valor extra.

Coordenador do curso de economia do Iesb, Riezo Almeida ensina que o recebimento do 13º salário é uma oportunidade para organizar as finanças pessoais. A prioridade para utilização varia de acordo com a situação de cada um. Todo ano, recomenda-se pagar dívidas e investir R\$ 200 no tesouro direto, por exemplo, começando 2025 com a mentalidade de investidor inicial. Se não houver dívidas, o recomendável é fazer uma reserva de emergência para imprevistos, aconselha.

Riezo lembra, também, que muitas despesas fixas surgem em janeiro, como Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU), matrículas escolares e material escolar. Segundo ele, destinar o

dinheiro a essas contas pode ser uma boa escolha. Com planejamento, também é possível utilizar uma parte do salário para lazer, presentes ou outras despesas que tragam satisfação pessoal e familiar.

Max Bianchi, professor do curso de administração do Ceub, indica que seja feito um diagnóstico financeiro antes de usar o dinheiro. Listar dívidas, despesas fixas e metas financeiras. Esse planejamento ajuda a evitar gastos desnecessários e a distribuir o recurso de maneira eficiente entre quitação de dívidas, investimentos e indulgências pessoais, respeitando os limites do orçamento, orienta.

Para quem vê nessa ocasião uma oportunidade de comprar tudo que tem vontade, Max alerta: Cuidado com compras por impulso, que são comuns durante as festas de fim de ano. Planeje com antecedência como o dinheiro será usado, priorizando quitar dívidas e alcançar metas financeiras antes de gastar com indulgências, recomenda.

Se os gastos festivos forem inevitáveis, o professor dá uma dica. Estabeleça limites realistas para presentes e celebrações, adequando-os à sua capacidade financeira. Use aplicativos ou planilhas para monitorar entradas e saídas de dinheiro, melhorando o controle financeiro e reduzindo despesas desnecessárias, detalha.

» Quitar dívidas - priorizar a quitação ou redução de dívidas com juros altos, como o saldo devedor do cartão de crédito e o cheque especial. Isso ajuda a evitar o efeito bola de neve e traz alívio financeiro imediato;

» Reservar para despesas de início de ano - destinar parte do 13º salário para despesas como IPTU, IPVA e matrículas escolares, aliviando o orçamento mensal no começo do ano. Para isso, escolha investimentos de curto prazo e baixo risco, que permitam resgate rápido;

» Criar ou reforçar uma reserva de emergência - é uma decisão estratégica. Aplicar o valor em opções financeiras seguras e acessíveis proporciona segurança em situações imprevistas, como problemas de saúde ou desemprego;

» Investir no futuro - para quem tem as contas equilibradas, investir em metas de longo prazo, como previdência privada ou ativos de maior risco, pode ser interessante. No entanto, é essencial manter uma reserva segura para emergências, evitando a necessidade de resgatar esses investimentos em momentos de urgência.

Fonte: Max Bianchi, professor do curso de

administração do Ceub

\*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso

**Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/11/6992860-tempo-de-organizar-as-financas-com-o-pagamento-do-13-salario.html>**

# Haddad tem reunião com Lula nesta quinta sobre corte de gastos; veja as medidas no radar

Por Thiago Resende, Lais Carregosa, TV Globo e g1 - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem reunião nesta quinta-feira (21) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para tratar do pacote de corte de gastos.

O governo retoma as discussões iniciadas no final de outubro. Nos últimos dias, Lula e Haddad estiveram no encontro das maiores economias do mundo, o G20, no Rio de Janeiro, e receberam o presidente da China, Xi Jinping, em visita a Brasília.

A expectativa é que o governo anuncie medidas capazes de conter as despesas a fim de manter a sustentabilidade das regras fiscais vigentes e equilibrar as contas públicas. A meta fiscal para 2024 e 2025 é de déficit zero, ou seja, de igualar receitas e despesas.

Para isso, o plano em elaboração pelo governo prevê que algumas despesas passem a ser corrigidas pela mesma regra do arcabouço fiscal.

No arcabouço fiscal há um limite para os gastos públicos. Eles não podem subir mais do que 70% da alta da receita, e não podem avançar mais do que 2,5% por ano, acima da **inflação**.

A ideia é que, por meio de uma PEC (proposta de emenda à Constituição), mais despesas passem a ter esse teto de crescimento. A alta de alguns gastos acima do previsto no arcabouço pode acabar pressionando ainda mais o espaço para o funcionamento da máquina pública e investimentos.

## Cortes no radar

O presidente Lula e o ministro Haddad se reuniram nas últimas semanas com ministros de diversas áreas. A expectativa é que, se o anúncio não for feito nessa semana, ocorra no máximo na próxima semana.

Isso dependerá da reunião entre o presidente e o ministro da Fazenda, além de detalhes nas medidas envolvendo o Ministério da Defesa.

As principais medidas em estudo são:

## Mudança na fórmula de reajuste do salário mínimo

Hoje o piso salarial é corrigido pela **inflação** mais o **PIB**. O governo deve adotar um cálculo diferente. O salário mínimo continuará a ter aumento real (acima da **inflação**) entre 0,6% e 2,5%. Para o próximo ano, deve ser de 2,5%. Sem a mudança, seria de 2,9% - crescimento do **PIB** no ano passado.

## Pente-fino no BPC e Bolsa Família

O **INSS** estuda exigir biometria para que pessoas saquem o BPC (benefício de prestação continuada), pago a idosos de baixa renda e pessoas com deficiência. Essa é uma das medidas para fechar o cerco contra fraudes nesse gasto. No Bolsa Família, a ideia é ampliar o combate a irregularidades em famílias unipessoais -aquelas pessoas que dizem morar sozinhas e ter direito ao programa social.

## Previdência de militares

A proposta prevê elevar, de forma progressiva, a idade mínima de 55 anos para o militar passar para a reserva remunerada. Hoje é de 50 anos. Ainda será debatida a transição para essa mudança. Além disso, deve acabar com a morte Ficta, ou seja, a pensão paga a famílias de militares expulsos. Outro ponto é aumentar a contribuição para o fundo de saúde para 3,5% da remuneração até janeiro de 2026.

## Nova regra para abono salarial

Mudança no critério para ter direito ao abono salarial. O abono é uma espécie de 14º salário pago pelo governo a trabalhadores de baixa renda com carteira assinada. Hoje, tem direito quem recebe até dois salários mínimos por mês. A ideia é ter uma regra mais restritiva, com renda de 1,5 salário mínimo. Essa medida não deve ter efeito em 2025 e, provavelmente, nem em 2026.

## Fim dos supersalários

Está em estudo propor cortar salário acima do teto do funcionalismo. A ideia é deixar claro, em lei, que penduricalhos dos salários de servidores também estão sujeitos ao teto de remuneração.

Ministérios envolvidos

Até o momento, passaram pelas reuniões no Palácio do Planalto representantes de 12 ministérios. As medidas discutidas envolvem diretamente as pastas de Trabalho e Emprego, Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e **Previdência Social**.

Mas também estiveram nas reuniões os ministérios de Desenvolvimento e Comércio Exterior, Casa Civil, Comunicação Social, Advocacia-Geral da União, além das pastas econômicas: Fazenda, Planejamento e Gestão.

O Ministério da Defesa foi incluído mais recentemente a pedido de Lula.

O que pode acontecer sem o corte de gastos?

A explicação de analistas é que, sem o corte de gastos obrigatórios (por meio do envio de propostas ao Congresso Nacional), a nova regra para as contas públicas aprovada no ano passado pelo governo Lula, está em risco.

Isso porque o espaço para gastos livres dos ministérios, que englobam políticas públicas importantes, como bolsas de estudo, fiscalização ambiental e o Farmácia Popular, por exemplo, está sendo comprimido (e pode acabar no futuro próximo) por despesas obrigatórias, como a **Previdência Social**.

A previsão do Tribunal de Contas da União (TCU) é que, se nada for feito, o espaço para essas políticas importantes para a população, acabarão nos próximos anos, paralisando a máquina pública (veja abaixo).

Com o arcabouço fiscal em risco, podendo ser abandonado, não haveria mais uma regra que controlasse as contas públicas, o que, por sua vez, elevaria mais a dívida do setor público, que já é alta para o padrão dos países emergentes.

O próprio Banco Central cita o aumento de gastos em seus comunicados, explicando que isso também pressiona a **inflação**.

Essa dúvida sobre as contas públicas, que está sendo chamada pelo mercado financeiro de risco fiscal, já está cobrando seu preço, com alta do dólar e dos juros futuros.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/21/hadda-d-tem-reuniao-com-lula-nesta-quinta-sobre-corte-de-gastos-veja-as-medidas-no-radar.ghtml>**

# Governo calcula arrecadar R\$ 14 bi em cinco anos com leilão da folha do INSS

O governo estima arrecadar R\$ 14 bilhões nos próximos cinco anos com o leilão da folha de pagamento de benefícios do **INSS**. Os recursos vão entrar nos cofres públicos de forma crescente, devendo alcançar em média R\$ 2,8 bilhões por ano, segundo dados do **INSS**.

O certame aconteceu no final de outubro e a Crefisa foi a maior vencedora da disputa para selecionar os bancos que vão pagar os novos benefícios previdenciários a serem concedidos entre 2025 e 2029.

O segundo colocado foi o banco Mercantil. Os benefícios concedidos nos próximos cinco anos poderão ser pagos por essas instituições por prazo de até 20 anos. Noventa dias após o início do pagamento, o beneficiário pode solicitar a troca de banco.

Essa cláusula de exclusividade foi incluída no edital para estimular a concorrência. Nesse período, os novos beneficiários somente poderão tomar crédito consignado nessas instituições pagadoras.

Os lances ficaram bem acima dos mínimos estabelecidos pelo **INSS**. Além da Crefisa, Mercantil, Itaú e Bradesco também demonstraram interesse, disputando a primeira colocação em vários lotes.

A Crefisa arrematou 25 dos 26 lotes regionais. Perdeu apenas o lote 3, que abrange municípios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para o Mercantil. O leilão durou três dias e bancos exclusivamente digitais, sem pontos físicos, não puderam participar.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/21/governo-calcula-arrecadar-r-14-bi-em-cinco-anos-com-leilao-da-folha-do-inss.shtml>

# Fazenda e Defesa definem corte

» VANILSON OLIVEIRA » VINICIUS DORIA

O ministro da Defesa, José Múcio, afirmou ontem que chegou a um acordo com o Ministério da Fazenda sobre o pacote de corte de gastos. As medidas, propostas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, têm como objetivo otimizar os recursos disponíveis e promover uma gestão mais eficiente e transparente. A expectativa é que o governo federal apresente, na próxima semana, um plano de contingência no valor de R\$ 70 bilhões, com impacto previsto para os anos de 2025 e 2026.

De acordo com Múcio, os benefícios que sofrerão alterações ou cortes incluem: morte ficta (situação em que o militar é expulso ou excluído, considerado "morto", mas cuja família segue recebendo o soldo), fundo de saúde, transferência de pensão e idade mínima para transferência para a reserva remunerada.

"Estamos colaborando com o ajuste fiscal, atendendo à necessidade do governo de fazer isso pelo bem do país. Tivemos que negociar, pois, nas Forças Armadas, diferentemente da administração civil, há uma cronologia de promoções, então precisamos fazer essa adequação", explicou o ministro da Defesa.

Múcio explicou que, em caso de "morte ficta", situação em que o militar é expulso ou excluído das Forças Armadas, mas sua família continua recebendo o soldo do militar como se ele estivesse vivo, a proposta é extinguir esse benefício, substituindo-o pelo auxílio-reclusão, benefício já previsto na Lei 8.112/90 para **servidores públicos** em situações similares.

Outra mudança significativa será a criação de uma contribuição para o fundo de saúde das Forças Armadas. Pela proposta, os militares do Exército, Marinha e Aeronáutica passarão a contribuir com 3,5% de suas remunerações para o fundo, medida que terá vigência até janeiro de 2026.

Essa contribuição visa assegurar a sustentabilidade do sistema de saúde destinado à categoria.

Além disso, o governo pretende revogar a possibilidade de reversão de pensões. Atualmente, após a concessão inicial do benefício aos beneficiários de primeira ordem - como cônjuge, companheiro e filhos -, é possível transferir o direito de forma sucessiva para parentes de segunda e terceira ordem, como pais ou irmãos dependentes. A mudança proposta eliminará essa transferência, restringindo o

direito exclusivamente à primeira ordem de beneficiários.

Por fim, será instituída, de forma progressiva e com regras de transição, a exigência de idade mínima de 55 anos para que militares possam ser transferidos para a reserva remunerada. O objetivo é alinhar a transição para a inatividade aos padrões de outras carreiras públicas, promovendo maior equilíbrio fiscal.

O ministro destacou que, apesar da resistência de alguns membros do alto comando, todos compreenderam a importância de atender ao pedido do presidente Lula para reduzir os gastos.

"Ainda não posso afirmar de quanto será o corte, mas não será maior do que o gesto solidário das Forças Armadas ao aderir ao pacote", concluiu.

Anúncio O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que se reunirá, hoje, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar do pacote de corte de gastos. O anúncio das medidas para conter as despesas e cumprir o arcabouço fiscal é esperado há semanas pelo mercado financeiro.

O ajuste fiscal é visto como essencial por agentes econômicos para o governo passar uma imagem de compromisso com as contas públicas.

"Tenho reunião amanhã com o presidente", respondeu Haddad, ao ser questionado na sede do ministério sobre o pacote.

O ministro estava a caminho do Palácio do Itamaraty, onde participará, juntamente com Lula e outros integrantes do governo, de um jantar com o presidente da China, Xi Jinping, que está em Brasília.

O anúncio era esperado inicialmente para ser feito logo após as eleições municipais.

Depois, a expectativa passou para dias antes do início do grupo das 20 maiores economias do mundo (G20), que ocorreu no Rio. Agora, está previsto para terça-feira. Mesmo assim, tudo depende do ritmo de Lula.

"Tivemos que negociar, pois, nas Forças Armadas, diferentemente da administração civil, há uma cronologia de promoções, então precisamos fazer essa adequação" José Múcio, ministro da Defesa

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6677/20-11-2024.html?all=1>

# Musk propõe corte expressivo de servidores

Futuro encarregado da eficiência do Estado norte-americano no novo governo do republicano Donald Trump, o bilionário Elon Musk prevê cortes maciços de funcionários públicos, remoção de subsídios e desregulamentação. Em um artigo publicado no The Wall Street Journal, o fundador da Tesla e da SpaceX pretende, assim, reduzir centenas de bilhões de dólares em gastos governamentais, incluindo o financiamento de emissoras públicas e os grupos de planejamento familiar Planned Parenthood, bem como uma burocracia que, segundo ele, representa uma "ameaça existencial" à democracia dos EUA.

Com uma fortuna superior a US\$ 270 bilhões (em torno de R\$1,55 trilhão), o homem mais rico do mundo vai liderar o novo Departamento de Eficiência Governamental ao lado do empresário da tecnologia e ex-candidato presidencial republicano Vivek Ramaswamy. "Vamos servir como voluntários externos, não como funcionários públicos ou empregados federais", escreveram.

"Quando o presidente cancelar milhares dessas regulações, os críticos vão alegar extrapolação executiva. De fato, estará corrigindo a extrapolação executiva de milhares de regulações promulgadas por decreto administrativo que nunca foram autorizadas pelo Congresso", assinalaram no artigo.

Economia bilionária Musk e Ramaswamy acrescentaram que uma redução das regulações abriria o caminho para "reduções maciças de pessoal em toda a burocracia federal". O objetivo, segundo eles, é cortar mais de US\$ 500 bilhões (aproximadamente R\$ 2,88 trilhões) em gastos governamentais.

"Com um mandato eleitoral decisivo e uma maioria conservadora de 6-3 na Suprema Corte, (o novo departamento de eficiência) tem uma oportunidade histórica de realizar reduções estruturais no governo federal", assinalaram.

A agenda ambiciosa vai, muito provavelmente, deparar-se com a oposição de políticos, inclusive, republicanos. Ainda assim, Musk e Ramaswamy citaram uma série de decisões da Suprema Corte que, segundo eles, justificam os cortes, e avaliam que o uso de decretos para cortar regulações não aprovadas pelo Congresso é "legítimo e necessário". Eles esperam terminar a tarefa até 4 de julho de 2026.

Elon Musk se tornou um aliado próximo de Trump nos

últimos meses de campanha, período em que acompanhou o republicano em vários eventos. Gastou mais de US\$ 100 milhões (R\$ 577 milhões, na cotação atual) para impulsionar a candidatura do presidente eleito. E estão cada vez mais unidos. Na terça-feira, o bilionário nascido na África do Sul convidou Trump a assistir a um voo de testes da SpaceX.

No entanto, como suas empresas têm diferentes graus de interação com o governo americano e com governos estrangeiros, seu novo posto traz dúvidas sobre um conflito de interesses.

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6677/20-11-2024.html?all=1>

# Liberdade para a gestão pública (Editorial)

A reforma administrativa é uma questão de cidadania. Como já dissemos neste espaço, as arbitrariedades e disfuncionalidades da administração pública a tornam uma máquina de gerar desigualdades, pobreza, injustiça social e conflito civil.

Desigualdade, porque em média os trabalhadores do setor público ganham acima de seus pares na iniciativa privada e a disparidade entre as carreiras do topo e da base é maior que no setor privado. Pobreza, porque uma máquina custosa e ineficiente pressiona as contas públicas, contraindo os investimentos estatais e afugentando os privados. Injustiça social, porque os mais pobres sofrem mais com a carência de serviços básicos. E conflito, porque estas distorções e perversões incitam a descrença do cidadão em relação ao Estado Democrático de Direito e desencadeiam um ciclo vicioso de vilanização dos **servidores públicos** retroalimentada por sua vitimização.

Um dos vícios de origem mais deletérios desse sistema é o Regime Jurídico Único estabelecido pela Constituição, que impõe, tanto à administração direta quanto indireta, um formato uniforme, rígido e centralista de contratação de funcionários, independentemente da função.

Qualquer democracia prevê, por exemplo, estabilidade de carreira para garantir a continuidade dos serviços e a proteção de políticas de Estado e dos servidores contra pressões dos governos de turno. Mas em geral a estabilidade é restrita a carreiras típicas de Estado, como juízes, diplomatas, policiais e fiscais. No resto, há diferentes categorias de servidores e regimes, garantindo à gestão pública flexibilidade para se adaptar a uma realidade em constante transformação. O modelo brasileiro é uma aberração sem paralelo no mundo.

Para corrigi-la, o Congresso aprovou uma Emenda à Constituição permitindo a contratação de parte dos servidores pelo regime da CLT. Isso foi no século passado, em 1998. E, no entanto, só agora a norma passará a valer.

Isso porque em 2000, os suspeitos de sempre - PT, PDT e outras legendas de esquerda - entraram com uma ação na Suprema Corte, que, em 2007, suspendeu liminarmente os efeitos da emenda. O julgamento foi iniciado apenas em 2020 e concluído somente agora, pasme o leitor.

O mais estupefaciente é que nem sequer se tratava de questão de mérito. Os autores da ação alegavam inconstitucionalidade na alteração de um dispositivo que não havia sido aprovado em votação de dois turnos.

Mas, como entendeu o voto vencedor na Corte, tratavase apenas de uma mudança de local no texto, que não justificaria nova votação.

Se uma questiúncula procedimental, que poderia ter sido apreciada em poucos dias, só o foi após 24 anos, não é, evidentemente, em razão de intrincadas divergências doutrinárias, mas por pressão de lobbies corporativistas.

Na prática, o Judiciário protelou por 26 anos a entrada em vigor de uma norma perfeitamente legítima aprovada pelo Legislativo, com prejuízos incalculáveis para os cidadãos.

Toda essa miserável e dispensável saga é ela mesma um exemplo da disfuncionalidade, ineficiência e onerosidade da máquina estatal e serve de alerta à urgência de reformas.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Juros e pressão sobre a dívida - ALVARO GRIBEL

## ALVARO GRIBEL

Integrantes e apoiadores mais à esquerda do governo fazem uma confusão deliberada sobre as contas públicas.

Talvez por falta de informação e conhecimento, existe a crença de que basta reduzir despesas com juros para que o governo volte ao azul e resolva a crise de confiança sobre as contas públicas.

A verdade, como sempre, é bem mais complexa. Se é fato que os juros são a despesa que mais empurra a dívida bruta do governo para cima, também é fato que a Selic está em alta porque o gasto primário do governo consome poupança da economia e pressiona a taxa de inflação.

Da mesma forma, os títulos do governo perdem valor no mercado - o que o obriga a pagar juros mais altos para compensar o risco - quando os investidores não enxergam no horizonte a estabilização da dívida.

Os dados do Banco Central mostram que o governo gastou R\$ 819 bilhões com juros nos 12 meses encerrados em setembro.

Já o chamado "déficit primário", que exclui os juros, foi de R\$ 245 bilhões. Com isso, o déficit total (nominal) chegou a R\$ 1,065 trilhão, ou 9,34% do PIB. Não há dívida que pare no lugar com um rombo desse tamanho.

E isso ajuda a entender por que houve uma alta de sete pontos percentuais na dívida bruta, desde o início do governo Lula, com um salto de 71,68% para 78,27% do PIB.

O raciocínio mais simples - e errado - é: se o governo gasta mais com juros, vamos criticar o Banco Central para que o órgão corte a Selic e diminua essa despesa. A consequência disso seria apenas aumento do risco, desvalorização do real e uma disparada da inflação.

É preciso entender que não há um único real de impostos sendo gasto com juros. Todos os R\$ 819 bilhões são "rolados" no mercado, o governo troca um papel velho por um papel novo, sem que haja despesa oriunda de impostos ajudando nessa equação.

Por isso, é falsa a informação veiculada em redes sociais pelo PT e lideranças do partido de que há "dinheiro da Saúde e da Educação sendo gasto com juros".

Simplesmente, não há recurso primário sendo direcionado para essa despesa financeira.

O que acontece é justamente o contrário: como o governo tem déficit primário, precisa se financiar no mercado para tapar o buraco com essas e outras rubricas.

Essa espiral negativa só será quebrada quando o governo conseguir voltar a ter superávit primário. A iniciativa da Fazenda de expor os CNPJs de empresas que recebem subsídios vai ajudar o governo a trilhar esse caminho, recuperando receitas de isenções sem sentido. Faltará, contudo, o controle das despesas.

Por isso, o pacote que está para ser anunciado é visto como decisivo pelo mercado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Em audiência no STF, CNC revela perdas fiscais e aumento do endividamento com apostas on-line - COMÉRCIO EM PAUTA

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apresentou, durante a audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 11 de novembro, um estudo detalhado que evidencia as perdas de arrecadação fiscal e os impactos socioeconômicos relacionados ao avanço das apostas on-line no Brasil.

Segundo o levantamento, em 2024, os brasileiros destinaram cerca de R\$ 68 bilhões a essas plataformas, operadas do exterior, que não geram empregos no País e absorvem recursos que poderiam ser aplicados no consumo de bens e serviços, com estímulo aos setores produtivos brasileiros e o correspondente pagamento de **impostos**. Além disso, o estudo expõe uma preocupante escalada do endividamento das famílias brasileiras, exacerbada pelo crescimento das apostas on-line.

A audiência pública foi designada pelo relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela CNC, ministro Luiz Fux, para instruir o processo. Na ADI nº 7.721, a Confederação questiona a constitucionalidade da Lei nº 14.790/2023, conhecida como "Lei das Bets", que regulamenta as apostas esportivas on-line no Brasil. O economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, representou a Confederação durante a audiência, que prosseguiu até terça-feira (12), com a participação de diversas autoridades governamentais e acadêmicas, além de representantes das empresas de apostas e de clubes de futebol patrocinados por elas.

No site [portaldocomercio.org.br/oposicao-as--bets](http://portaldocomercio.org.br/oposicao-as--bets) é possível encontrar estudos na íntegra, além de notícias da atuação da CNC sobre o tema.

\*\*

## NOVO PODCAST DO SESC VOLTADO PARA EDUCAÇÃO TEM FOCO EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

O Sesc lançou um pod-cast com objetivo de proporcionar a profissionais da área de educação informações sobre práticas pedagógicas inovadoras e novas maneiras de inspirar seus alunos.

O Papo em Rede vai ao ar a cada quinze dias, trazendo dicas práticas, referências e insights que podem ser aplicados no cotidiano educacional. Além disso, tem como propósito colocar em debate temas como educação antirracista, empreendedorismo e educação em rede, entre outras questões relevantes e atuais sobre a educação no Brasil e no mundo.

No primeiro episódio, o entrevistado foi o gerente de Educação do Departamento Nacional do Sesc, Luiz Fernando de Moraes Barros, que traçou um panorama da Rede Sesc de Educação, suas características, curiosidades, desafios e as potencialidades das escolas e espaços educativos da instituição.

Atualmente, a Rede Sesc de Educação é composta de mais de 200 escolas e aproximadamente 3.000 educadores. O Papo em Rede está disponível no canal do YouTube e no Spotify do Sesc Brasil.

\*\*

## CAMPANHA DO SENAC MOSTRA COMO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE QUALIDADE TRANSFORMA VIDAS

Está no ar a nova campanha publicitária do Senac. O objetivo é mostrar que, ao oferecer uma educação profissional de excelência, o Senac abre as portas para grandes oportunidades, seja em um novo emprego, no crescimento profissional, empreendendo ou até mesmo conquistando o mundo.

Com o mote "Portas para a transformação", a campanha está sendo veiculada nacionalmente nas versões de 30 e 60 segundos, nos canais fechados Globonews, SporTV e Viva. Está presente também no mobiliário urbano de todas as capitais do País.

Por meio de uma abordagem moderna e emocional, a campanha mostra por que o Senac é a principal instituição de educação do Brasil voltada para o setor de comércio de bens, serviços e turismo. E reafirma o compromisso da instituição com uma formação profissional de qualidade, alinhada às necessidades do mercado de trabalho e às aspirações de tantos

brasileiros que buscam capacitação profissional, maior renda e melhoria de vida. Para assistir ao comercial, acesse o canal do Senac no YouTube: [www.youtube.com/@senacbrasil/video](http://www.youtube.com/@senacbrasil/video).

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188047?page=1  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188047?page=1&section=2)**

# Brasil fica mais perto da Rota da Seda - ENTRELINHAS

**LUIZ CARLOS AZEDO**

O Brasil ficou mais perto da Rota da Seda, ou vice-versa, com a assinatura de 37 novos acordos bilaterais com a China, no encontro entre o presidente chinês Xi Jinping e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a visita de Estado do líder asiático, que foi recebido com honras militares no Palácio da Alvorada, residência oficial. Eles se reuniram a portas fechadas com a participação de diversos ministros de ambos os países. Os acordos alcançam as seguintes áreas: agricultura, comércio, investimentos, infraestrutura, indústria, energia, mineração, finanças, ciência e tecnologia, comunicações, desenvolvimentos sustentável, turismo, esportes, saúde, educação e cultura.

Lula destacou que, apesar das distâncias geográficas, há meio século China e Brasil "cultivam uma amizade estratégica, baseada em interesses compartilhados e visões de mundo próximas". Maior parceiro comercial do Brasil desde 2009, em 2023, o comércio com a China teve o recorde histórico de US\$ 157 bilhões. "O superávit com a China é responsável por mais da metade do saldo comercial global brasileiro", lembrou Lula. Para Xi Jinping, a relação entre os dois países vive o seu melhor momento na história.

"Mantive uma reunião cordial, amistosa e frutífera com o presidente Lula. Fizemos uma retrospectiva do relacionamento da China com o Brasil ao longo dos últimos 50 anos. Coincidimos que este relacionamento está no melhor momento da história. Possui uma projeção global estratégica e de longo prazo cada vez mais destacada. E estabeleceu um exemplo para avançarem juntos com solidariedade e cooperação, entre os grandes países em desenvolvimento", disse Xi Jinping.

Como se sabe, chineses não têm pressa, têm estratégia. A relação bilateral entre Brasil e China adquiriu o status diplomático de "Comunidade de Futuro Compartilhado por um Mundo mais Justo e um Planeta Sustentável". Isso significa uma projeção para os próximos 50 anos, em áreas como infraestrutura sustentável, transição energética, inteligência artificial, economia digital, saúde e aeroespacial. Os programas de desenvolvimento Nova Indústria Brasil (NIB), de Aceleração do Crescimento (PAC), de Rotas da Integração Sul-Americana, o Plano de Transformação

Ecológica serão objeto de sinergia entre os dois países, principalmente com a Iniciativa Cinturão e Rota, a famosa Nova Rota da Seda.

Brasil e China são os dois maiores países em desenvolvimento da Ásia e América do Sul, com posições de liderança no chamado Sul Global, que abarca as nações pobres ou em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia. Jinping também quer estreitar a relação de colaboração com o Brasil em fóruns multilaterais, como Nações Unidas, G20 e Brics, "enfrentando a fome e a pobreza". Isso é música para Lula e o agronegócio brasileiro. Xi Jinping deve voltar mais duas vezes Brasil, em 2025, uma para participar da cúpula dos Brics, em julho, e outra para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém. Até lá, a geo-política mundial estará muito alterada, por causa do governo de Donald Trump.

pragmatismo diplomático

Nos bastidores, a agenda mais importante foi a não-entrada do Brasil na "Nova Rota da Seda", o trilionário projeto chinês iniciado em 2013, que prevê a realização de obras e investimentos para ampliar a presença do país no mercado mundial. Os chineses tentam atrair a adesão do Brasil ao programa há anos. Até agora, os governos brasileiros resistiram, por razões econômicas e geopolíticas: no primeiro caso, a China é concorrente e vem ocupando mercados que eram da indústria brasileira na América Latina; a segunda, a necessidade de manter boas relações com os Estados Unidos e a União Europeia, são mercados importantes para as manufaturas e proteínas brasileiras. É um equilíbrio delicado, pois se trata de tirar partido da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China e não aderir a um dos lados.

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT), presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), conhecido como Banco dos Brics, e o assessor especial Celso Amorim, no governo brasileiro, são entusiastas de uma maior aproximação com a China, mas até agora tem prevalecido a tradicional estratégia de independência e pragmatismo do Itamaraty. Num cenário internacional conturbado, com Donald Trump na Presidência dos Estados Unidos, manter uma posição equidistante da guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo não será nada fácil.

A "Nova Rota da Seda" ("Belt and Road Initiative", em inglês), investe pesadamente em obras de infraestrutura, como rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, produção e linhas de transmissão de energia, oleodutos e gasodutos, que conectam a Ásia à Europa. Agora, a China visa os países da África e da América Latina, como é o caso do megaporto inaugurado na semana passada por Xi Jinping no Peru. Atualmente, são 147 países aderiram ou demonstraram interesse no plano, o que representa dois terços da população mundial e 40% do **PIB** global.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Com alta de gastos, Brasil entra na lista dos países com mais "impulso fiscal"

E N Contas públicas \_\_ B1 e B2

País aparece em 7.º lugar em ranking mundial que leva em conta a evolução das despesas nos últimos dois anos.

97% do **PIB** é a quanto pode chegar a dívida pública em 4 anos pelos critérios do FMI

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Combate ao crime caro e ineficaz (Editorial)

Duas importantes instituições multilaterais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgaram recentemente relatórios sobre o impacto econômico do crime nos países latino-americanos.

De acordo com a publicação *Os custos do crime e da violência: Ampliação e atualização de estimativas para a América Latina e o Caribe*, do BID, o custo direto dos delitos respondeu por 3,44% do **PIB** da região em 2022, ou 12 vezes mais que o orçamento para pesquisa e desenvolvimento.

E a região, apesar de concentrar apenas 8% da população mundial, representa um terço dos homicídios cometidos no mundo, segundo o relatório *Crime Violento e Insegurança na América Latina e Caribe*, do FMI.

Ao estimar a fatia do **PIB** regional relacionada ao crime, o BID considerou fatores como perda de capital humano por homicídios, gastos de empresas com segurança e o gasto público com a prevenção de delitos, entre outros.

De um modo geral, os dados são agregados para a região como um todo, mas, nas poucas vezes em que há dados específicos por país, a tragédia brasileira aparece escancarada.

Ao lado de Bahamas, Honduras, Jamaica e Trinidad e Tobago, o Brasil figura entre os países com maior custo de capital humano em 2022; as perdas de capital humano por homicídios em nosso país equivaleram a 1% do **PIB** naquele ano. Não é exatamente surpreendente, já que o Brasil é um dos países com taxas de homicídios entre as mais elevadas do mundo, mortes essas que, na maioria das vezes, acabam sem esclarecimento.

Como revelou um levantamento do Instituto Sou da Paz, apenas quatro de cada dez homicídios no País são solucionados, uma taxa de resolução inferior à média mundial.

O presidente do BID, Ilan Goldfajn, destacou que o estudo mostra o quanto o crime "limita o crescimento, leva à desigualdade e desvia investimentos públicos e privados" para outras áreas.

Se não tivessem de gastar tanto no combate à violência e à criminalidade - o dobro do orçamento com assistência social -, os países da região poderiam

investir mais em educação, cada vez mais necessária em uma era de grandes transformações tecnológicas. Mas o pior é que os elevados níveis de violência na região deixam claro que tais investimentos não têm sido bem-sucedidos.

Países que convivem com a alta da **inflação**, com o Brasil, também precisam redobrar os esforços para debelá-la, não apenas porque o avanço dos preços corrói o poder de compra dos cidadãos, mas porque, segundo o FMI, quando a **inflação** supera os 10% em um ano, há um crescimento de 10% nas taxas de homicídios, em média, no ano seguinte. Eventos macroeconômicos adversos, como recessões, elevam os índices de homicídios em 6%, em média.

Todos esses números deveriam guiar a elaboração de políticas públicas efetivas, que passam ainda pela necessidade de cooperação mais estreita entre os governos dos países da região - cooperação esta que já existe entre as organizações criminosas latino-americanas.

Nos últimos anos, esses grupos passaram a racionalizar suas operações, atuando de forma cada vez mais "profissional".

Antes concorrentes, organizações criminosas agora são parceiras.

Algumas fornecem as mercadorias, de drogas a minérios e madeira extraídos de forma ilegal da Amazônia, enquanto outras se encarregam da logística, fazendo com que as "encomendas" cheguem aos destinatários na Europa e nos Estados Unidos.

Sem cooperação efetiva dos departamentos de segurança dos países da região, troca de informações e reforço da vigilância em áreas fronteiriças, entre outras ações, o crime seguirá prosperando, enquanto os governos patinam e a população perece.

No estágio atual, a prevalência do crime na América Latina faz com que habitantes de regiões dominadas pela criminalidade ou mudem-se para áreas mais seguras, mesmo que isso signifique perda de renda, ou tornem-se presas fáceis das organizações criminosas.

Em ambos os casos, perde-se capital humano, o que diz muito sobre o ciclo de desenvolvimento incompleto da região.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado vê redução de gastos como condição para estabilizar dívida

**I EDUARDO LAGUNA, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS e RENATA PEDINI**

À espera do pacote de corte de gastos em discussão em Brasília, o mercado vê uma tendência de diminuição, ou mesmo reversão, do impulso fiscal. A expectativa é de que, depois de deixar para trás a maior parte dos estímulos, o governo deve apertar o cinto das despesas para aliviar a pressão sobre câmbio, **inflação** e juros.

Além disso, a consolidação fiscal ajudará o País a buscar o grau de investimento atribuído pelas agências de classificação de risco.

"Não temos no horizonte mais nada que represente um impulso tão forte. Tirando a pandemia, passamos nos últimos dois anos pelo maior impulso do período recente", comenta o economista Ítalo Franca, especialista em contas públicas do Santander. "Provavelmente, vamos observar uma desaceleração da economia sem esses novos impulsos", acrescenta Franca, ressaltando que, para cumprir o arcabouço, a política fiscal terá de ser contracionista no ano que vem.

Para Bruno Funchal, CEO da Bradesco Asset, o governo terá de colocar um freio nas despesas obrigatórias para ganhar credibilidade na política fiscal e abrir um horizonte de estabilidade da dívida.

"Não adianta fazer alguma contenção de gastos em despesas discricionárias, porque acaba ficando no mesmo problema: cortar uma despesa discricionária para aumentar outra despesa discricionária. Não interessa na sustentabilidade do modelo fiscal", afirma ele, que foi secretário especial do Tesouro e Orçamento durante o governo Jair Bolsonaro.

A incerteza, diz Funchal, aumenta conforme o governo demora para anunciar as medidas de corte de gastos..

Ex-secretário do Tesouro e, atualmente, economistachefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida diz que políticas sociais são necessárias em um país com tanta desigualdade como o Brasil. Ele pondera, porém, que seria preciso rever o acesso a programas como o Bolsa Família.

"Muito do que a gente chama de política social não vai

para os mais pobres. Então, esses programas deveriam, a meu ver, ser revistos. Não tem almoço grátis. Se não controlar o crescimento das despesas, vamos precisar de uma carga tributária muito maior."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Dólar avança e ações de tecnologia recuam antes de balanço da Nvidia

**Arthur Cagliari e Maria Fernanda Salinet De São Paulo**

As bolsas de Wall Street terminaram as negociações de ontem sem uma direção única, em um dia marcado por declarações de integrantes do Federal Reserve (Fed, banco central americano) e ansiedade pelos dados trimestrais da Nvidia. A sessão no exterior também teve apreciação global do dólar, em um misto de tensão geopolítica e expectativa por mais anúncios da composição do novo governo de Donald Trump.

No fim do pregão, a bolsa de Nova York encerrou alta de 0,32% no índice Dow Jones, que terminou marcando 43.408,47 pontos, enquanto o S P 500 se manteve estável, aos 5.917,11 pontos. A Nasdaq teve queda de 0,11%, aos 18.966,14 pontos.

Toda a atenção do dia estava voltada para o fim do pregão, com os números da Nvidia. Após o fechamento do mercado, os dados mostraram que a empresa mais valiosa dos Estados Unidos viu seu lucro subir 109% no terceiro trimestre fiscal, para US\$ 19,31 bilhões. Apesar disso, as ações da companhia recuaram no pós-mercado, uma vez que alguns investidores esperavam taxas e projeções de crescimento ainda mais fortes.

Já em relação à dinâmica dos mercados ontem, o segmento de destaque do S P 500 foi o de cuidados com a saúde, cujo índice setorial teve alta de 1,18%. As ações da Unitedhealth Group subiram 23,50%, enquanto as da Humana tiveram alta de 16,19% e as da Molina Healthcare avançaram 12,14%.

A apreciação dessas ações se deu após Donald Trump nomear o médico Mehmet Oz para comandar os programas de assistência à saúde. Oz é uma celebridade no país, tendo até uma estrela na calçada da fama.

A escolha de Oz teria beneficiado as ações das companhias de saúde porque, conforme o noticiário americano, ele teria proposto oferecer cuidados de saúde universais por meio de um programa de planos de saúde financiados pelo governo e operados de forma privada para idosos.

Na ponta das perdas, o pior desempenho veio do setor de consumo básico, cujo índice recuou 0,51% na sessão, com as ações da Target despencando

33,16%. A varejista teve um de seus piores desempenhos ontem, já que seus resultados no terceiro trimestre fiscal ficaram aquém das expectativas dos investidores, assim como as suas perspectivas para o trimestre atual, que abrange a temporada de compras no Natal.

O dólar seguiu forte a longo do dia, com o índice DXY avançando 0,42%, aos 106,649 pontos perto do horário de fechamento do mercado americano.

Já o rendimento da T-note de dez anos avançou de 4,402% para 4,409%, enquanto o retorno do papel de dois anos saltou de 4,291% para 4,331%.

A sessão também foi marcada por declarações de integrantes do Fed. Em discurso na Universidade de Virgínia, em Charlottesville, a diretora Lisa Cook disse ver que a direção da trajetória da taxa básica será descendente, mas a "magnitude e o momento dos cortes dependerão dos dados a serem divulgados, da evolução das perspectivas e do equilíbrio de riscos". Para Cook, se o progresso na desaceleração da **inflação** cessar e o mercado de trabalho permanecer aquecido, o Fed pode fazer uma pausa nos cortes das taxas.

Também ontem, a diretora Michelle Bowman afirmou em evento em West Palm Beach, na Flórida, que o BC americano pode "estar mais perto de uma postura política [de juros] neutra do que se imagina atualmente".

Ela disse ainda que a **inflação** continua no centro de suas preocupações sobre a economia, defendendo abordagem cautelosa para novos cortes nas taxas.

"Podemos estar mais perto da posição de juro neutro do que imaginamos" Michelle Bowman

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188047>

# Governo federal projeta "mínimo" de R\$1516 para 2025

O governo federal já projeta salário mínimo de R\$ 1.516 para 2025. O valor representará um aumento de R\$ 104 em relação ao piso nacional atual, de R\$ 1.412. Com a alta da **inflação** nos últimos meses, o reajuste de 7,4% será maior do que o previsto anteriormente.

O Ministério da Fazenda revisou para cima a estimativa de **inflação** medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Políticas Econômicas (SPE), divulgada nesta segunda-feira (18), a previsão neste ano passou de 4,10% para 4,40%.

"O aumento nos preços de alimentação, explicado principalmente pela maior ocorrência de eventos climáticos nesses últimos meses de 2024, tem impacto mais pronunciado na **inflação** de quem ganha até cinco salários mínimos. Por isso, a **inflação** medida pelo INPC deverá se aproximar daquela apontada pelo IPCA (**inflação** oficial) em 2024, afirma o documento.

A regra adotada desde o ano passado para o reajuste do salário mínimo segue a política de valorização, para garantir um aumento real, acima da **inflação**. A fórmula é a soma da **inflação** medida pelo INPC (4,40%), mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes, que foi de 3%. Essa soma preliminar seria de um reajuste de 7,40%, dentro da estimativa do novo valor do mínimo.

A projeção do salário mínimo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), apresentado em 30 de agosto pelo governo federal ao Congresso Nacional, era de R\$ 1.509, ou 6,87% de aumento. Em abril, a previsão foi de R\$ 1.502, segundo previsão no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias).

O novo piso precisa ser aprovado pelo Congresso até o final do ano e sancionado pelo presidente Lula, para começar a valer a partir de 1º de janeiro de 2025.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6435&edicao=136015>

# Prefeitos comemoram segundo repasse gordo do FPM

Os prefeitos estão rindo à toa. O segundo repasse do mês do FPM, no valor total de R\$ 1.795.517.220,95, foi transferido às contas das prefeituras na última terça-feira. O montante, entretanto, ficou em R\$ 1.436.413.776,76 por conta da retenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com parte da arrecadação nacional dos **Impostos** de Renda e Sobre Produtos Industrializados (IR e IPI), entre os dias 1º e 10, a parcela representa 20% do FPM total de novembro.

Com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a área de Estudos Técnicos da Confederação Nacional de Municípios (CNM) alerta para a redução de 9,03%, em relação ao repasse ocorrido no mesmo período de 2023, quando o valor chegou a quase R\$ 2 bilhões. Se considerar 2022, a retração é de 18,23%. "A arrecadação da base de cálculo do FPM caiu R\$ 792,5 milhões, no segundo decêndio de novembro de 2024, passando de R\$ 8,77 bilhões para R\$ 7,98 bilhões, de 2023 para este ano", explica o levantamento da CNM.

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) é dito como fator principal para a redução superior a 9%, um reflexo do impacto de -84% no lucro das empresas, saindo de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 581,2 milhões. Fora isso, a publicação indica crescimento de 34% no imposto de pessoas físicas, de R\$ 3,7 bilhões para R\$ 5,0 bilhões.

Se considerar o efeito da **inflação**, o FPM teve retração de quase 13% e de 25,23%, em comparação com 2023 e 2022, respectivamente. Ainda assim, a soma das duas primeiras transferências está 7,91% maior que o valor do primeiro e do segundo decêndio de 2023.

Em 2024, incluindo o repasse extra de 1% do FPM de julho e 0,5% a mais em setembro, o fundo está 16,16% melhor que no ano passado, com R\$ 25,4 bilhões a mais destinados aos Municípios. "Ao desconsiderar o efeito da **inflação** do período, é possível observar um crescimento real de 11,36% contra 2023 e de 9,95% contra 2022", sugere o levantamento da CNM. Por conta do encerramento dos mandatos, principalmente, a CNM orienta que os prefeitos apliquem os recursos com diligência.

**Site:**

**<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/jwti/#p=1>**